

CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POSSÍVEIS DIMENSÕES EMANCIPATÓRIAS*

QUALIFICATIONS FOR MANAGER COUNSELORS OF PUBLIC POLICIES: POSSIBLE EMANCIPATORY DIMENSIONS*

Danuta E. Cantoia Luiz¹

¹ Autor para contato: Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Departamento de Serviço Social, Ponta Grossa, PR, Brasil; (42) 3220-3387; e-mail: danutaluiz@ig.com.br

Recebido para publicação em 31/07/2006

Aceito para publicação em 24/11/2006

RESUMO

A discussão aqui sistematizada tem como objetivo traçar um debate sobre as possíveis dimensões emancipatórias de uma capacitação. Para tanto, temos como referência a pesquisa realizada no processo de doutoramento da autora sobre a prática desenvolvida pelo Serviço Social junto às capacitações para conselheiros gestores da Política de Assistência Social no Estado do Paraná (Luiz, 2005). Essencialmente, a discussão aqui sistematizada traz os fundamentos básicos sobre emancipação social, com respaldo no pensamento gramsciano, e alguns indicadores sobre uma capacitação de caráter emancipatório.

Palavras-chave: emancipação social, capacitação, rupturas moleculares

ABSTRACT

The discussion here systematized has as its objective to conduct a debate about the possible emancipatory dimensions of a qualification. For that purpose, we have, as a point of reference, the research carried out in the author's doctoral program about the practice developed by the Social Work Department involving the qualifications for managerial counselors of the Social Service Policy in the State of Paraná (Luiz, 2005). Basically, the discussion here systematized brings forth the fundamentals about social emancipation supported by Gramsci's thought, and some indicators of a qualification bearing an emancipatory character.

Key words: social emancipation, qualifications, molecular ruptures

* O presente artigo representa uma síntese da tese de doutorado em Serviço Social que discute práticas emancipatórias no âmbito do Serviço Social, realizado no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social – PUC/SP, 2005. Título da tese: Rupturas Moleculares Emancipatórias: a potencialidade da prática do Serviço Social, disponível na íntegra no site www.sapientia.pucsp.br

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também; e sobretudo, **difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais**, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais”.(Gramsci, 1991, p 13-14) (grifo nosso)

Introdução

O presente artigo representa uma síntese da pesquisa realizada sobre a prática do Serviço Social junto aos Programas Estadual de Capacitação para Conselheiros Gestores de Assistência Social no Paraná no período 2000 a 2004. A pesquisa buscou compreender o fenômeno da emancipação social como um valor moderno historicamente determinado e sistematizar uma concepção de emancipação social, através de fundamentação teórico-metodológica na perspectiva gramsciana. Com luz neste referencial analisou-se a prática de capacitação realizada pelo Serviço Social junto aos programas de capacitação referidos acima.

Este artigo trata dos principais resultados e reflexões acerca da temática pesquisada qualitativamente, objetivando contribuir com as discussões sobre os fundamentos ético-políticos e sobre as práticas de capacitação para conselheiros gestores de políticas públicas de diferentes áreas, como uma das estratégias para fazer avançar as perspectivas democráticas e emancipatórias de gestão social no Brasil. E, em especial, neste trabalho, no Paraná, uma vez que é nosso ponto de referência e de estudo.

Inicialmente tomamos como pressuposto que a instituição dos conselhos gestores de políticas públicas representa um avanço em relação aos antigos padrões de gestão pública, pois, diferentemente destes, preconizam a paridade, o controle social, a publicização, a deliberação de questões de interesse coletivo sob a perspectiva da democracia participativa.

Por outro lado, consideramos que o exercício democrático de gestão de questões públicas é muito recente na cultura política brasileira e, portanto, existem desafios a serem vencidos pelos protagonistas que compõem este cenário no Brasil

Neste sentido, lembramos o alerta que Yamamoto

(2002), faz sobre os espaços dos conselhos:

É preciso ter clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida *a priori, porque são espaços de disputa*. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem o aprendizado de um tipo de socialização diferente, que permita viver a dimensão do coletivo, propiciem o partilhamento do poder e a intervenção em processos decisórios. Mas pode também alimentar velhos coronelismos, vício populistas e clientelistas no trato da coisa pública.” (p.32)

Bem sabemos do risco que estes espaços sofrem quando são ocupados por práticas de gestão que seguem velhos esquemas de mando e de centralização do poder; etapas já vencidas em nosso país, em termos legais e constitucionais. São conhecidas¹ as análises e discussões acerca das lacunas que ainda precisamos vencer em termos práticos de concretizar as prerrogativas legais da gestão democrática de políticas públicas.

Materializar uma proposta democrática de gestão e de enfrentamento às sequelas da questão social, numa sociedade historicamente excludente não é uma tarefa fácil. É como remar contra a corrente, pois existe hegemonicamente uma cultura política que molda o pensamento social e mascara a realidade levando a um conformismo social. Ou seja, a sociedade é levada ideologicamente a pensar que os problemas sociais estão localizados na moral do indivíduo, desresponsabilizando o Estado, o modo de produção, a política, como co-responsáveis pelos mesmos.

Fazer avançar um pensamento social diferente, ou instituir socialmente valores diferentes dos dominantes, como, a democracia, a igualdade, a autonomia, a inclusão social no seio da sociedade leva um certo tempo histórico. E, no tempo que já percorre-

mos, alcançamos alguns avanços por ter legalmente instituído estes valores, porém temos ainda desafios a vencer devido às barreiras que se põem justamente para não vê-los concretizados.

A esse movimento social de avanços e desafios a vencer chamamos de luta contra-hegemônica para fazer valer perspectivas emancipatórias de cidadania. Para a construção da contra hegemonia um fator determinante é o desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica e coletiva para ultrapassar os limites da “pequena política” e chegar a um momento ético-político, de elevação cultural e política de grupos e segmentos sociais, para que estes possam optar autônoma e criticamente pelo melhor caminho a seguir e de contribuir na construção de um caminho emancipatório.

Emancipação Social: fundamentos básicos¹

Para que as práticas sociais desenvolvam possibilidades emancipatórias contra-hegemônicas, entre outros fatores, os seus protagonistas precisam estar capacitados e fortalecidos pela elevação do senso comum à auto-constituição de uma consciência crítica e de seu protagonismo social, a fim de contribuir na construção de uma nova cultura.

Porém, historicamente sabemos que potencialidade da razão humana foi manipulada e deslocada por caminhos outros que não favoreceram a visão crítica do mundo. Falta ao Homem a decisão e a coragem de usar a razão sem a tutela de outrem “... sem razão não há emancipação, e sem emancipação não há razão (...) razão não é sinônimo de razão técnico científica. Um *logos* mutilado não oferece nenhuma garantia de emancipação. Não há pior irracionalismo que o conduzido em nome de uma razão que usurpa as prerrogativas da razão integral.” (Rouanet, 1987, p. 210)

Identificado como um indicador de emancipação social, o ousar saber é um desafio histórico para setores críticos da sociedade, no sentido de fomentar

a razão, o conhecimento, a consciência crítica autônoma, evitando o irracionalismo, suas roupagens e falsas consciências que levam ao conformismo da situação vigente sem vistas a perspectivas emancipatórias. A razão é instrumento crítico para compreendermos as circunstâncias em que vivemos, para mudá-las ou melhorá-las. A razão tem um potencial ativo ou transformador e por isso continuamos a falar nela e desejá-la (Chauí, 1999)

Vivemos num período marcado pela negação da razão, pela despolitização, pelo individualismo e fragmentação. Como diretriz do presente texto, argumentamos a defesa dos valores modernos, no que se refere à **potencialidade do conhecimento, da liberdade, da autonomia humana, da emancipação, da democracia no desenvolvimento humano-social**, apesar dos resultados ou produtos que estes tenham causado nas mãos e direção que as dominaram – capitalismo / liberalismo.

Fazemos essa afirmativa, baseados na constatação de que o conhecimento, situado num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades, a “... última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva” Harvey (1992, p. 151). O saber (conhecimento e informação) também se torna uma mercadoria chave – não mais como suporte, mas como elemento fundamental para a acumulação. Chauí (1999) também faz essa análise dizendo que a ciência e a tecnologia contemporâneas, submetidas à lógica neoliberal e pós-moderna, tornaram-se o contrário do que era previsto: “em lugar de fonte de conhecimento contra as superstições, criam a ciência e a tecnologia como mitos e magias; em lugar de fonte libertadora das carências naturais e cerceamento às guerras, tornaram-se através do complexo industrial-militar, causas de carências e genocídios.” (p. 50) Então, o conhecimento como determinante da emancipação humana e social fica limitado nas condições contemporâneas.

Santos (1996) argumenta que, diante do progresso da posição hegemônica do capitalismo (que

¹ Bem sabemos que a emancipação social possui várias dimensões humano-sociais, como: o acesso ao trabalho e remuneração dignos, formação profissional, dimensão subjetiva do ser humano, a vida social e política, cultural entre outras. Neste trabalho nos centramos na dimensão sócio política de participação e envolvimento crítico e ativo de grupos e segmentos sociais na gestão da vida social, o que não descarta as dimensões anteriormente citadas.

neutraliza as perspectivas de uma transformação profunda) é necessária a invenção social de novas formas de “**conhecimento emancipatório**” a ser construído num longo processo social, em contraponto ao utopismo automático da tecnologia.

A essa invenção social o autor chama de um novo **senso comum emancipatório**, que tem de “... romper com o senso comum conservador, mistificado e mistificador, não para criar uma forma autônoma e isolada de conhecimento superior, mas para se transformar a si mesmo num senso comum novo e emancipatório” (p.107), que implica no cultivo de um campo imenso de revalorização da comunidade, da história, da experiência, da cultura, da participação que constituem, por excelência, a **pedagogia da emancipação**.

Ainda dentro dessa linha de raciocínio, o autor recorre a experiências participativas e democráticas (Santos, 2002) para argumentar que este é um caminho possível para “reinventar a emancipação social”, rompendo com a gramática da exclusão pela gramática associativa, ou seja, pela sociedade política. Defende a articulação da democracia direta com a democracia representativa, a qual poderá dar respostas alternativas e redefinição da prática democrática. Ambas democracias podem coexistir e se complementar, podendo haver um potencial emancipatório nas sociedades contemporâneas.

Na perspectiva de se evitar um utopismo romântico, com base num referencial teórico crítico, que desvenda a constituição histórica do avesso da emancipação, é possível cultivar os valores modernos como norte e fundamento de práticas sociais e profissionais no sentido de propagar uma opção teórico-crítica que possa ter ressonância e multiplicação nos mais diferentes campos onde estão situadas. Para isso é preciso “... ter coragem de ficar na contracorrente e a contrapelo da vaga vitoriosa do neoliberalismo.” Porque a história dos vencedores é a barbárie (Chauí, 1999, p.51).

Não investir nesse caminho é cair num irracionalismo e isso é tudo o que quer o pensamento / tendência conservadora da sociedade para poder avançar no seu domínio e manter sua hegemonia.

O conhecimento, a razão crítica e a democracia são também constitutivos de uma contra-tendência e de uma resistência que tem a certeza de que a

humanidade possui uma vocação ética. Portanto, esses **valores** devem ser revistos e redirecionados para que na complexidade/unidade, favoreçam as condições materiais humanas e sociais à constituição da emancipação social. A elevação de uma condição de subalternidade à condição de protagonismo.

Por essa argumentação se entende a tese da “reforma intelectual e moral”, de elevação do conhecimento, do senso comum de grupos e segmentos, dos quais nos falava Gramsci, como elementos que concorrem à construção de uma **contra hegemonia**. “Deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova instituição da vida, que chegue a se tornar um novo modo de sentir e de ver a realidade...” (Gramsci, 1968, p.8) e assim estar instrumentalizado, com uma visão de mundo crítica, frente às contradições do mundo capitalista moderno.

Gramsci (1991) esclarece que, ao se falar de criar uma nova cultura

... não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também; e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (p 13- 14).

Filosófica e politicamente a originalidade de uma ação está relacionada em livrar o pensamento social dos grilhões ideológicos que o mascaram e em socializar o conhecimento crítico para que os homens / massas “amorfas”, possam elevar-se a protagonistas de sua história, com uma consciência autônoma; possam construir alternativas democráticas condizentes com as suas próprias perspectivas.

O resultado desse movimento histórico, de constituição de uma nova cultura, pode tomar corpo até chegar a emancipação da situação de subalternidade à edificação de uma contra- hegemonia. Para tanto, diz

Gramsci que é necessário fazer sacrifícios superando interesses econômico–corporativos imediatos², elevando-se a uma dimensão universal “capaz de gerar novas iniciativas” – agora com uma vontade coletiva definida, para ser protagonista da história.

A esse processo Gramsci chama de catarse: o senso comum, que inicialmente é desagregado e desarticulado, dá lugar à compreensão crítica que é obtida através de luta entre hegemonias políticas, direções contrastantes, éticas, que se expressam nas relações sociais que o indivíduo faz parte, transformando-se a si e o conjunto de relações, até chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real e obter consciência política. Essa é a primeira fase de construção processual da autoconsciência. Porém, não se trata de introduzir uma ciência na vida de todos, “... mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente.” (Gramsci, 1991, p. 18), ou seja, reorientar o conhecimento já existente, torná-lo acessível à maioria da população.

A concepção crítica vai além do “conhecimento livresco, estatístico, ‘erudição’ mecânica”, envolvendo o “...conhecimento histórico-intuição, contato real com a realidade viva e em movimento (...) ‘Limites’ do conhecimento (não coisas inúteis), isto é, conhecimento crítico, ou do ‘necessário’: portanto, uma ‘concepção geral’ crítica.” (Gramsci, 1989, p. 187).

Nesse contexto, o verdadeiro filósofo nada mais é do que o político “... o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto de relações de que o indivíduo faz parte.” (Gramsci, 1991, p. 40). Se o homem ativo é o filósofo e o político que chegou a um patamar de conhecimento crítico, tem poder de modificar as relações de que faz parte. Conseqüentemente o conhecimento é poder, e, o conhecimento necessário para se ter poder é aquele que busca geneticamente o movimento de formação de um determinado sistema, “... já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resumo de

todo passado.” (Gramsci, 1991, p.40).

Dir-se-á que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro apenas até certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível. (Gramsci, 1991, p.40)

Quando não se chega a esse estágio e não se tem iniciativa de luta, não se avança no processo de conscientização político-crítica e de construção de uma contra hegemonia. Ou seja, quando não se realiza a catarse “... a própria luta termina por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada” (Gramsci, 1991, p. 23), e assim se constitui a “massa de manobra”.³

As forças dominantes têm presença marcante para prevalecer e as derrotas das forças minoritárias acabam pacientemente por velar a verdadeira vontade geral, mas continua latente a subalternidade que tem a possibilidade de vencer quando se fizer forte e consciente. A “vontade coletiva” que domina a sociedade capitalista burguesa é determinada por fatores econômicos, sociais e culturais que refletem ideologicamente valores burgueses hegemônicos, portanto é uma falsa vontade. Necessário se faz a recondução dessa vontade, a ser construída pela classe subalterna com vistas à edificação de uma nova cultura que a oriente e determine.

Nessa correlação de forças e de hegemonias estabelecem-se “relações pedagógicas”, que perpassam toda a sociedade: as relações entre indivíduos, entre intelectuais e não intelectuais, governantes e governados, dirigentes e dirigidos e que servem para manter ou alterar uma situação. Com isso, Gramsci conclui:

² Os sacrifícios e interesses econômico–corporativos imediatos referem-se a ações sindicalistas por interesses econômicos individualizados que fragmentam o movimento operário em vez de desenvolver a organização social como um todo. (Gramsci, 1989)

³ “Massa de manobra” expressão utilizada por Gramsci na obra *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* quando discute o tema partido político enunciando uma tipologia de partidos: aquele que muitas vezes se intitula de massa, não é exatamente assim, mas faz da massa não ter outra “... função política que a de fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível (...). A massa é apenas de manobra e é conquistada com pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos (...) nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas.” (1989, p.23 – 24)

“Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação...” (Gramsci, 1991, p. 37), mas também entre as diversas forças que a compõem. Existe uma “relação ativa” entre as partes, entre os indivíduos e o ambiente cultural: o ambiente que o indivíduo quer modificar, assim como o ambiente reage sobre ele, numa mútua relação pedagógica de trocas e influências.

A recondução dessas relações pedagógicas é atribuição das organizações da sociedade civil que se constituem em força política motriz para o estabelecimento de um novo tipo de política e de hegemonia, e não da figura central do mercado numa auto-regulação ou Estado numa regulação mínima, como quer o pensamento liberal moderno. Para a construção de uma nova hegemonia é necessária a plena e consciente participação política das massas, e isso, somente ocorrerá, quando os homens se perceberem como protagonistas de sua história.

O argumento gramsciano reside na potencialidade dos movimentos políticos e sociais ou do conjunto de organizações da sociedade civil, em seus contextos histórico-culturais, a função decisiva na construção de um projeto de sociedade que contemple novas práticas de poder e política, que se constitua numa contra hegemonia, fazendo frente à dominação e aceitação passiva dos valores burgueses.

No processo de construção de uma contra hegemonia, como já vimos, um fator determinante é desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica e coletiva para ultrapassar os limites de uma pequena política e chegar a um momento ético político, de elevação cultural e política, momento de desenvolvimento da autonomia dos grupos e segmentos sociais.

Transpor o abismo é tarefa da política com P maiúsculo. Pode-se supor que o abismo em questão emergiu e cresceu precisamente por causa do esvaziamento do espaço público, e particularmente da ágora, aquele lugar intermediário, público / privado, onde a política vida encontra a Política com P maiúsculo, onde os problemas privados são traduzidos para a linguagem das questões públicas e soluções públicas para os problemas privados são buscadas, negociadas e acordadas (...) Hoje a tarefa é (...) reequipar e repovoar o

espaço público que se esvazia rapidamente... (Bauman, 2001, p. 49).

Chamamos essa dimensão política, com base em referenciais gramscianos, de grande política que se caracteriza como práxis social por envolver a superação da percepção passiva e elevar-se intelectual e eticamente da necessidade à liberdade, em instrumento e fonte de novas iniciativas e relações sociais e políticas. Estas, por sua vez, vão se expressar nos espaços concretos, com a ruptura de práticas e relações tradicionais marcadas pelo clientelismo e por interesses econômico-corporativos e na possível construção da consciência do direito a ter direitos.

Esse empreendimento ético-político constitui-se um grande desafio, pois as tramas do capitalismo e neoliberalismo contemporâneos renovam mecanismos para manter e avançar seus domínios. Para fazer frente a este contexto, a esfera pública, pelo espaço moderno de democratização, simboliza a via pela qual podem se manifestar práticas sociais revitalizadas.

Assim, se aproximam e se confrontam dialeticamente forças sociais e políticas que podem avançar ou recuar em todos os sentidos. O esforço coletivo para enfrentar esse desafio, de construir um espaço público, com base em valores democráticos deve ser considerado como uma posição social e política ocupada, portanto um “avanço molecular” perante a totalidade que o cerca.

A posição hegemônica é uma construção histórica, portanto, suscetível de contra-hegemonia: a socialização do poder e da política, a ocupação de posições, a elevação cultural e do conhecimento e a consciência crítica, caracterizadas como **rupturas moleculares**, poderão contribuir para uma nova visão de mundo, desarticulando a ideologia dominante. Para Gramsci, é através da transformação desta visão de mundo, da elevação das condições de vida das classes subalternas e com sua inclusão no cenário sócio-histórico, que poderão ocorrer avanços à contra hegemonia.

Podemos considerar que a libertação do estágio inicial de exclusão de grupos e segmentos para um novo estágio, de contra-hegemonia, é “necessariamente uma relação pedagógica” na medida em que indivíduos, grupos ou segmentos em relação com outros pares

absorvem as experiências e amadurecem concepções e práticas autônomas, podendo multiplicar possibilidades de **emancipação coletivas**. Processual e continuamente, o aprendizado de socialização das experiências e conhecimentos auto-produzidos e realimentados podem produzir ressonâncias coletivas e qualitativas, pois historicamente foi comprovado que de fato existe uma posição hegemônica de um lado, mas de outro, não é verdade que não existe nada, existe sim, um potencial latente ou pouco manifesto, que também constitui as possibilidades realistas de reconstrução do **espaço público emancipatório** pela via democrática.

Telles (1998), também nos fala desse desafio, dizendo que o maior deles diz respeito à construção de parâmetros públicos que reinventem a política. É por este ângulo que as vocalizações locais poderão apostar numa ampliação do espaço participativo e democrático, através de “fóruns catalisadores de diversas forças sociais” (Sposati, 1997), como enfrentamento à tendência conservadora hegemônica na sociedade e como horizonte a ser buscado à **emancipação social**, a partir “de baixo” com um novo senso comum.

Essas possibilidades não são uma retórica, pois existem experiências e avanços humano-sociais que expressam **frutos de conquistas e de consciência ativa** constituídos no seio da sociedade civil, nas organizações, nos sindicatos, nos movimentos, nos conselhos gestores. Aqueles que “...promovem a emancipação das massas para autonomia política e cultural.” (Semeraro, 2001, p. 98)

Diante dessas referências ainda nos é permitido falar em utopia, no sentido de “devenir histórico”, pois encontramos nos vários autores consultados, o argumento e a autorização para acreditar na capacidade emancipatória do conhecimento e do protagonismo das classes subalternas, no processo cotidiano de rupturas moleculares, na cultura da contra-hegemonia, orientadas por perspectivas diferentes da dominante.

Entendemos que utopias “... serão todos os sistemas baseados numa oposição frente às relações atualmente existentes e na proposição de outras mais adequadas às necessidades humanas fundamentais.” (Szacki, 1972, p. 8). E o utopista é aquele que “... não aceita o mundo que encontra, não se satisfaz com

as possibilidades atuais existentes: sonha antecipa, projeta, experimenta. É justamente este ato de desacordo que dá vida à utopia. Ela nasce quando na consciência surge uma **ruptura** entre o que é, e o que deveria ser; entre o mundo que é, e o mundo que pode ser pensado.” (, p.13) (grifo nosso)

Com essa perspectiva de utopia lembramos do alerta que Hobsbawm faz em seu livro “A Era dos Extremos: o breve século XX – 1914 - 1991” (1995):

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três séculos (...) ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica (...)

Não sabemos onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto (...) Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.” (p.562).

Para evitar essa escuridão e romper com “aquilo que é” a luta pela **emancipação social** torna-se uma utopia. Sabemos que a sociedade moderna ideal não existe no plano real e que a conquista e o sucesso de **rupturas moleculares**, produzidas nas mais diversas áreas e dimensões, que demonstrem a insatisfação com a situação vigente e que produzam resultados emancipatórios, devem ser sistematizadas, conhecidas e divulgadas. Essas poderão contribuir com elementos para repensar o compromisso ético-político com outro tipo de sociedade que tenha os valores crítico-modernos da democracia e da cidadania como fundamentos de **emancipação social**, fazendo frente à exclusão social e concentração de renda, marcas efetivas dos valores da posição hegemônica atual. Em conclusão, não se pode viver sem metas, sonhos, ilusões ou ideais; ou seja, sem tentar extrapolar ou transcender o realmente existente. Não se pode viver, portanto, sem

utopias...” (Vázquez, 2001, p. 324 – 325).

Desta forma, os processos de transposição de barreiras e obstáculos se constituem em processos pedagógicos – por caracterizarem-se em ações coletivas de reciprocidade, em reconhecimento de problemas comuns, de associação e de multiplicação de forças, através da ocupação de posições e conseqüente socialização da política, do poder e de questões públicas. Este empreendimento coletivo – de tornar questões comuns em públicas - em Gramsci, não é prerrogativa de um ente superior, apartado do processo, mas é pleno e orgânico das possibilidades reais presentes nos movimentos, organizações, grupos sociais e políticos.

A possibilidade real de recriação de um espaço comum, e, portanto, político e social, é produto da participação ativa e consciente de grupos e/ou estratos de classe, desde que instrumentalizada intelectual e eticamente para contribuir na construção de um movimento contra-hegemônico.

A socialização das verdades e do conhecimento já produzidos e a sua potencialização em ações político-sociais são consideradas como rupturas moleculares frente à situação de dominação e restrição de práticas e processos emancipatórios. Pilares fundantes à elevação da consciência crítica; à criação de uma nova cultura e à práxis social.

Consideramos **rupturas moleculares** aquelas ações concretas que, não necessariamente rompem com o contexto ou estrutura mais ampla, mas fazem parte de processos orgânicos de grupos, facções, movimentos. Não têm magnitude em termos de abrangência total, mas tem expressão social. Constitui-se como ruptura molecular na instância do grupo, é molecular porque expressa uma luta que se insere no tecido social, sem perder de vista a totalidade da qual é fonte. São as rupturas moleculares que poderão compor uma posição contra-hegemônica, são as formas pelas quais a emancipação pode se consolidar.

Construída uma concepção sobre rupturas moleculares, sistematizamos também uma definição de **emancipação social**, reveladora de uma concepção de mundo e de uma postura política. Tal procedimento foi necessário, para firmar uma posição da pesquisadora em face dos elementos disponíveis: indicadores, elementos constitutivos, instrumentos, características,

fundamentos sobre a concepção de emancipação social, os quais nos conduziram na seguinte sistematização. Assim, **Emancipação Social** é um processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas. A elevação de uma situação de subalternidade a de protagonismo social - que desencadeia ações políticas de caráter crítico-democrático no espaço público - é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de emancipação social vivido pelo grupo ou classe, sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético-político e cultural de sociedade.

Capacitação para conselheiros: alguns indicadores emancipatórios

Diante da “novidade” da gestão descentralizada e participativa de políticas públicas no Brasil, há uma fragilidade quanto a efetivação desta proposta determinada pelo modelo sócio-cultural e político historicamente adotado no país, assim como, há uma fragilidade na qualificação dos conselheiros para concretizar o novo modelo de gestão.

Tal fragilidade é determinada pelo afastamento histórico que a sociedade brasileira apresenta em relação às questões públicas. Ou seja, a história brasileira é marcada pela presença do Estado como ente separado da sociedade, e o responsável por gerir os negócios públicos (em favor dos privados) por uma influência do liberalismo (que prega o individualismo e a uma falsa separação entre Estado e Sociedade, entre outros)

Com o crescente intervencionismo estatal (final do século XIX) no campo social se origina a esfera pública burguesa, ou seja, com o início do processo de socialização da política é que começa a quebra da imagem de separação entre Estado e Sociedade. Este processo histórico acaba afastando e não criando o hábito e o aprendizado de inserção de sujeitos coletivos em questões de interesse público.

No século XX esta questão passa a ser minimizada e novas formas de gestão social são instituídas através de lutas e conquistas da sociedade civil. Por

esse processo fica entendida a dificuldade de efetivação de uma proposta de gestão coletiva e fragilidade dos conselheiros em concretiza-la.

Tal fragilidade não é “culpa” dos conselheiros, pois, como vimos, os “...homens fazem a história de acordo com as condições dadas, ou herdadas do passado” (Marx). Os homens interiorizam os valores, um determinado tipo de comportamento, de direção social (que é instituída ideologicamente na sociedade e tida como certa) e os exteriorizam em seus comportamentos, porque acreditam que estão correspondendo a um padrão de comportamento aceitável no meio social. Portanto há uma formação cultural e política que modela o pensamento da sociedade, ou nas palavras de Lane: “Esta interiorização - exteriorização obedece a uma dialética em que a percepção do mundo se faz de acordo com o que já foi interiorizado, e a exteriorização do sujeito no mundo se faz conforme sua percepção das coisas existentes” (1989, p. 83)

Quando apontamos a fragilidade de qualificação dos conselheiros gestores não queremos afirmar que esta é a única dificuldade para efetivação da proposta de gestão social democrática, nem que devemos transformar os conselheiros em especialistas e nem limitar ou eletizar a participação social a determinados segmentos sociais.

Mas sim, defender a necessidade e a importância de uma formação crítica aos conselheiros como um elemento fundamental para o desenvolvimento de práticas políticas emancipatórias, e que estas possam contribuir no avanço de uma tendência contra-hegemônica de gestão e de entendimento social das questões sociais-públicas numa dimensão coletiva.

Neste sentido a capacitação para conselheiros gestores tem sido uma prática comum nas várias áreas de políticas públicas; o que também não quer dizer que toda capacitação tenha o caráter emancipatório.

Não é nossa intenção apontar um modelo ou padrão de prática de capacitação, mas destacar alguns elementos/indicadores a fim de contribuir com as discussões acerca do tema. Assim sendo, passamos a destacar alguns elementos constitutivos para que uma capacitação possa favorecer processos emancipatórios no seu âmbito de ação.

Partimos do pensamento de Nogueira (2004)

No sentido rigoroso da expressão, *formar* alguém não é apenas transmitir informações ou habilidades ou socializar técnicas e modelos. Acima de tudo é fixar uma perspectiva, ou seja, estabelecer parâmetros intelectuais, éticos e políticos. Trata-se de um processo (...) de articulação e de totalização de saberes, de diálogo com a história e a cultura...” (p.175)

Destacando a importância desta concepção e a sua referência para a capacitação junto a conselheiros gestores de políticas públicas, temos inicialmente que mais importante que transmitir conhecimentos é fixar uma perspectiva ética e política que oriente o conselheiro na sua função pública. Pressupomos que essa orientação ética valorize a democracia e a cidadania como fundamentos de seu trabalho e do seu papel de gestor público.

Neste sentido é de fundamental importância a articulação e a expressão do compromisso ético político da equipe de coordenação e de execução da capacitação com valores crítico-modernos da democracia, igualdade, cidadania que devem ser materializados na prática junto aos conselheiros, para que estes os vivenciem quando da sua formação e os interiorizem como fundamentos da capacitação que devem ser multiplicados em sua ação enquanto conselheiro.

Este elemento acaba demonstrando a direção social e política do programa de capacitação, assim como os objetivos definidos pela equipe executora.

O conteúdo, o tipo de conhecimento veiculado (crítico ou formal) e a forma como são trabalhados também são elementos constitutivos do processo de formação. Numa perspectiva gramsciana o conhecimento deve levar em conta o contexto econômico-político e cultural no qual os sujeitos capacitados estão inseridos e o próprio conhecimento cotidiano que os mesmos possuem, pois um trabalho emancipatório parte da realidade dos segmentos com os quais trabalha.

Diz Gramsci numa nota sobre o ensino da filosofia: que esta deve formar o discente culturalmente, para “... ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento e assim participar de uma comunidade ideológica e cultural, é necessário partir do que o discente já conhece, da sua experiência (...) (após tê-lo demons-

trado que ele tem uma tal experiência, que ele é um ‘filósofo sem o saber)’ (1991, p. 148). Problematizar, discutir criticamente a realidade na qual os sujeitos estão vinculados, a partir de sua prática, enquanto sujeitos políticos, contribui para a elevação da consciência crítica, pois é no contexto das relações sociais e econômicas que o sujeito estabelece a sua vivência no cotidiano e não fora dele, como algo exterior a sua realidade.

Encontramos em Santos (1996), o argumento de que é necessário uma invenção social de novas formas de conhecimento emancipatório, ou novo senso comum emancipatório que rompa com o senso comum conservador, não como um conhecimento superior ou isolado da experiência dos sujeitos, e que seja capaz de crítica ao caráter individualista da ética liberal.

O exercício de apreender, internalizar os conhecimentos críticos constitui-se também como um exercício pedagógico diferenciado dos bancos escolares ou da absorção passiva de valores dominantes. A absorção e a propagação de valores culturais e conhecimentos diferentes dos dominantes contribuem na constituição de um pensamento crítico e conseqüente elevação do senso comum.

Podemos chamar esse fenômeno de “progresso filosófico” que implica em “... uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.” (Gramsci, 1991, p.21). Entendemos que a construção processual da consciência crítica – respaldada em valores ético-políticos e a apreensão crítica do real – vai além do “conhecimento livresco, estatístico”. Nas palavras de Gramsci, pressupõe “... conhecimento histórico (...) contato real com a realidade viva e em movimento (...) isto é, conhecimento crítico, ou do ‘necessário’: portanto uma ‘concepção geral’ crítica”. (1989, p.187).

A prática das capacitações, portanto é uma prática educativa, que segundo Martinelli, é

“... a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção de seu real, do seu viver histórico. É uma prática que se despoja da visão assimétrica dos sujeitos com os quais trabalha e que se posiciona diante deles como cidadãos, como construtores de suas próprias vidas. É, portanto, *prática de encontro*,

da possibilidade do diálogo, da construção partilhada”.(1995, p. 147).

O tipo de relação estabelecida entre as partes envolvidas é demarcada por uma construção coletiva do saber, num caráter contínuo e/ou permanente, portanto relembramos que a formação em cidadania não é apenas transmitir conhecimentos, mas reconstruir os saberes a partir do real do seu viver histórico.

Para a construção coletiva de uma nova cultura é preciso manter a oferta de programas / atividades que propagem no interior da sociedade a perspectiva sistematizada nas leis que regulamentam as políticas sociais (ECA, LOAS, SUAS, SUS...), inclusive pela rotatividade dos integrantes dos conselhos. Pois mesmo que os conselheiros mudem, esses levam o aprendizado sobre o que é uma política pública, o que é um direito nas várias dimensões de sua vida, pois a formação não se limita aos programas de capacitação, mas avança processualmente pela “superação progressiva de patamares de entendimentos coletivos, de patamares de cultura...” (Nogueira, 2004), no processo sócio-político mais amplo. Assim, se configuram dois lados da processualidade da prática educativa nas capacitações: de um lado a necessidade de mantê-la em função da reposição permanente de conselheiros, e de outro, os conselheiros que foram capacitados levam adiante, em suas relações sociais, o aprendizado que tiveram nas oportunidades de capacitação.

Portanto, uma formação extrapola o limite da capacitação e é materializada quando um conselheiro realimenta a sua prática conselheirista com o aprendizado crítico que acessou durante a capacitação, e desencadeou rupturas em seu âmbito de ação: na compreensão dos problemas sociais, nas posturas assumidas, nas negociações empreendidas pelas políticas públicas e pelos direitos sociais. Por essas rupturas possui caráter emancipatório e não reiterativo de práticas sociais conservadoras, pois abre perspectivas diferentes das dominantes na gestão das questões sociais.

A concepção de formação que necessariamente passa pela negação da fragmentação do pensamento e da visão de mundo dos sujeitos, passa pela valorização da razão crítica que desvenda os desafios impostos pelos valores hegemônicos e pela compreensão do contexto sócio político. Nesse sentido, a capacitação

vira formação e vira **momento de processo emancipatório**. A prática educativa oportuniza aos conselheiros condições de pensar criticamente o mundo e tem a função de persuadi-los a “fazer uma abordagem do mundo de maneira menos ingênua”. Por esse motivo, Nogueira sugere a terminologia programas educacionais de cunho formativo às capacitações desta natureza.

O autor fala ainda da dificuldade de propor e desenvolver programas formativos para fazer frente ao padrão instrumental de “treinamentos” que são uma exigência do mundo pós-moderno no sentido de estarmos cada vez mais aptos para concorrer por um lugar no mundo do trabalho e do poder.

Aqui o termo “capacitação” não se limita a desenvolver a habilidades técnicas de uma ação, mas avança na perspectiva de formação do pensamento social e político para contribuir no empreendimento de uma nova cultura política, para alargar o pensável. Fazer escolhas bem mais fundamentadas, ultrapassar os limites e estar apto para intervir de modo ativo. (Nogueira, 2004)

Então, mais um indicador é que o processo de capacitação continuada ou permanente deve oportunizar a produção de rupturas nas possíveis concepções, práticas e relações tradicionais trazidas pelos conselheiros e ou atualizá-las quando esses já possuem uma visão crítica dos problemas sociais que trabalha.

Consideramos que o espaço das capacitações e o espaço a que os conselheiros estão vinculados em seus municípios são espaços férteis de ação política privilegiada. O espaço de ação política é propício para a formação de valores, de culturas, de concepções e se esse espaço for orientado por práticas verdadeiramente democráticas, pode desencadear pedagogicamente a multiplicação de práticas similares. Podemos argumentar que “... as modificações moleculares (...) modificam progressivamente a posição precedente (...) e transformam-se em matriz de novas modificações.” (Gramsci, 1989, p.77). Este movimento, implica na instituição de uma racionalidade crítica nas práticas

sociais que não se limita no repasse ou assimilação passiva do conhecimento, mas, sobretudo, passa pela vivência, pela formação, para que haja elevação na capacidade de desenvolver ações reflexivas a esse processo. Numa dimensão ampla, Gramsci chama esse movimento de grande política⁴ – superação da visão passiva à elevação intelectual e ética, por isso fundamentada por novos valores ético-políticos.

A passagem do pensamento à ação, em termos coletivos, é um movimento do devir histórico que deve ser ensaiada nas mais diversas instâncias moleculares da vida social para a construção de novas sociabilidades. E numa perspectiva mediata, na mudança de postura, de trabalho ou na proposição de novas ações num processo de caráter histórico e permanente.

Conhecer o orçamento de seu município, dominar a terminologia da política pública, montar programas de rádio para discutir a legislação, propagar a perspectiva da cultura de ter direitos é um avanço molecular democrático de socialização da política e da ocupação de posições no espaço público. Os avanços qualitativos moleculares – em termos de concepções, posturas e práticas pelos conselheiros - não são **resultados** exclusivos de uma capacitação, mas de todo o **processo** desencadeado no Brasil nas últimas décadas, como reflexo de políticas e conjunturas nacionais, mas também, potencializado localmente por sujeitos sociais envolvidos com as áreas afins da capacitação.

Acreditamos que a capacitação não objetiva trazer respostas para todas as questões cotidianas que aparecem na gestão do Conselho, mas por outro lado, é importante a ressalva de Nogueira (2004): “... capacitar sem deixar de formar, formar sem perder de vista o mundo prático, trabalhar com princípios, modelos e conhecimentos sem deixar de se preocupar com a sua tradutibilidade, ensinar a pensar sem esquecer de ensinar a fazer.” (p. 176) Esse é um alerta que o autor faz no sentido de congregar capacitação e formação, e acrescentaríamos, no sentido do processo formativo não ser eminentemente teórico, mas que produza respostas positivas, motivando assim, os participantes à continuidade de sua formação.

⁴ Quando valorizamos o molecular, não significa que estamos valorizando a “pequena política” conforme a concepção gramsciana, na qual os valores e interesses individualistas e de acomodação esvaziam as perspectivas emancipatórias, mas o alargamento da democracia, da participação ativa e consciente dos grupos. “Fortalecer a micropolítica é fundamental, embora não na visão de interesses econômico-corporativos, mas como um espaço de ampliação da esfera pública centrada na dimensão ético-política e nos interesses universais e coletivos.” (Simionato, 2003, p. 284)

Assim a capacitação cumpre com seus objetivos em oportunizar acesso a um saber crítico frente à fragilidade de qualificação pelos conselheiros de não ter conhecimentos na área.⁵ Nessa dimensão molecular se constitui uma ruptura, uma transposição ou elevação de uma situação de subalternidade à de protagonismo social. Na perspectiva pedagógica em que o conhecimento é trabalhado a partir da realidade municipal, da prática trazida pelos conselheiros, o processo desencadeia a reconstrução do saber pelos conselheiros – como uma forma de elevar-se de uma situação passiva, potencializando a reflexão sobre o seu espaço político e cultural.

Uma consciência desprovida, que desconhece a sua potencialidade, é um espaço muito caro às perspectivas conservadoras, por conseguinte, os conselheiros precisam estar “formados” para potencializar o espaço que representam, pois como vimos, as conquistas e avanços sociais são frutos da consciência ativa dos sujeitos sociais.

Temos então que a produção de rupturas moleculares emancipatórias está diretamente determinada pelas opções ético-políticas que orientam as capacitações e também determinam a forma, os objetivos, os procedimentos e os fundamentos que constituem a prática educativa/formativa nos programas de capacitação. Ou seja, não é qualquer prática de capacitação que as produz, pois pode ocorrer que uma capacitação apenas reproduza o pensamento tradicional/conservador e assim não terá uma dimensão emancipatória.

Iamamoto (2002) nos alerta para o desafio de fazer avançar a perspectiva de práticas sociais emancipatórias tornando-se “... fundamental estimular inserções sociais que contenham **potencialidades** de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública” (p. 33) (grifo nosso). Sendo assim, entendemos que o espaço das capacitações se constitui em solo fértil para desenvolver práticas educativo-emancipatórias que potencializem molecular e processualmente o estímulo à inserção de

sujeitos sociais – conselheiros municipais – resultando efeitos de socialização do conhecimento / “verdades já descobertas” para construção de “ações vitais”, de novos consensos de gestão de políticas públicas e para a construção de uma nova cultura. Portanto, um espaço possível de ampliação da democracia e da esfera pública de luta por direitos sociais, como alternativa real e concreta, para emancipação de uma dada condição subalterna para outra superior. Que seja apropriada, consciente e eticamente, por segmentos populares “a partir de baixo” como um processo de construção pela contra-hegemonia.

REFERÊNCIAS

1. BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
2. CHAUI, M. **Convite a Filosofia**. 12ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.
3. _____. Ideologia Neoliberal e Universidade in OLIVEIRA, F, PAOLI, M.C. **Os sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
4. FERNANDES, F.(org) **Marx – Engels**. 3ª ed. São Paulo : Ática, 2001
5. GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989
6. _____. **Concepção dialética da História**. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
7. _____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
8. HARVEY, D. **A condição pós-moderna** 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
9. HOBBSAWM, E.J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
10. IAMAMOTO, M . Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In Em questão: **Atribuições privativas do (a) Assistente Social**. Brasília: ABEPSS, 2002.
11. LANE, S T. O processo grupal. In **Psicologia Social: o**

⁵ Martins (1989) faz uma crítica contundente quanto ao papel do intelectual que “instrumentalize” as classes subalternas ao desvendar o lado oculto das relações sociais com os “olhos dele”, ao contrário deve desvendar os limites do seu autoconhecimento “... revelando-lhe aquilo que ele enxerga, mas não vê, completando com ele, a produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito, na medida em que lhe restituímos a condição de objetivo e lhe atribuímos a possibilidade de resgatar o pleno sentido do conhecimento alternativo que ele representa e propõe na sua prática.” (p.137)

homem em movimento. 7ªed. São Paulo: Brasiliense, 1984

12. LUIZ, D.E.C. A organicidade da Sociedade Civil pontagrossense. São Paulo, 1997. **Dissertação de Mestrado** – Programa de estudos Pós-graduados em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

13. _____. Rupturas Moleculares Emancipatórias: a potencialidade da prática do Serviço Social. São Paul, 2005. **Tese de Doutorado** – programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

14. MARTINELLI. M L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social.** 2ª ed. São Paulo: PUCSP, Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, p 11 - 20, 1995.

15. MARTINS, J. S. **Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

16. NOGUEIRA.MA. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** São Paulo: Cortez, 2004.

17. ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

18. SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na pós-modernidade.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

19. _____. **A crítica da razão indolente : Contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez 2000.

20. _____.a (org) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002a (Reinventar a emancipação social: para novos

manifestos)

21. SEMERARO, G. O marxismo de Gramsci. In **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações.** São Paulo: Xamã, 2000

22. _____. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

23. _____. Tornar-se dirigente. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P. (org). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p 275 -289, 2003.

24. SIMIONATO.I A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P.(org). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p 275 -289, 2003.

25. SPOSATI, A. Conjuntura da Assistência Social Brasileira. **Cadernos Abong,** São Paulo: Abong São Paulo. N. 19. Série Especial. Subsídios às Conferencias de Assistência Social, 1997.

26. SZACKI, J. **As utopias ou a Felicidade Imaginada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

27. TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a Democratização da Políticas Públicas no Brasil In: **DAGNINO, E. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

28. TELLES, V. No Fio da Navalha: entre carências e direitos. **Revista Pólis** n.30, São Paulo: Publicações Pólis, 1998.

29. VÁZQUEZ, A. S. **Entre a Realidade e a Utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.